

*Participação Popular no*  
**ORÇAMENTO  
PÚBLICO**





## Expediente

### Coordenação

Socorro Nascimento - CEARAH Perifeira  
Angela Kuester - Fund. Konrad Adenauer

### Pesquisa e Texto

Thêmis Amorim Aragão

### Projeto Gráfico

Thêmis Amorim Aragão  
Weaver Lima

### Fotografias

Prefeitura Municipal de Icapuí

### Ilustrações

Weaver Lima

### Colaboradores

Olinda Marques - CEARAH Perifeira  
Maria do Carmo Albuquerque - Instituto Pólis  
Marta Silêda Rebouças da Costa - PMI

# Apresentação

Já implantado em 103 cidades brasileiras\*, o Orçamento Participativo se consolidou como uma importante inovação, que incorpora a participação direta na gestão dos recursos públicos. Num momento em que o OP está sendo redicustido em vários municípios, é imprescindível reconhecer a imensa contribuição e lições aprendidas com esse instrumento, assim como seus limites e desafios.

Em Icapuí, no litoral leste do Estado do Ceará, esse processo acontece desde setembro de 2002. E foi a partir da efervescente participação popular na redefinição da metodologia do OP do município, que surgiu a idéia de elaborar este pequeno instrumento com o intuito de socializar elementos gerais das práticas de OP no Brasil, enfocando alguns aspectos da experiência cearense.

Embora apresentem algumas semelhanças, cada prática tem suas particularidades, não existindo, portanto, um receituário para a implementação e desenvolvimento do OP. Entretanto, uma de suas características marcantes é a possibilidade de desenvolver o potencial criativo da população e de gestores locais.

Nesse contexto esta cartilha pretende ser uma modesta contribuição a todas as pessoas que se empenham ou desejam empenhar-se na construção da participação ativa.

\* Experiências de Orçamento Participativo no Brasil

**Socorro Nascimento**  
Representante do CEARAH Periferia

**Klaus Hermanns**  
Representante da Fundação Konrad Adenauer



Konrad  
-Adenauer-  
Stiftung

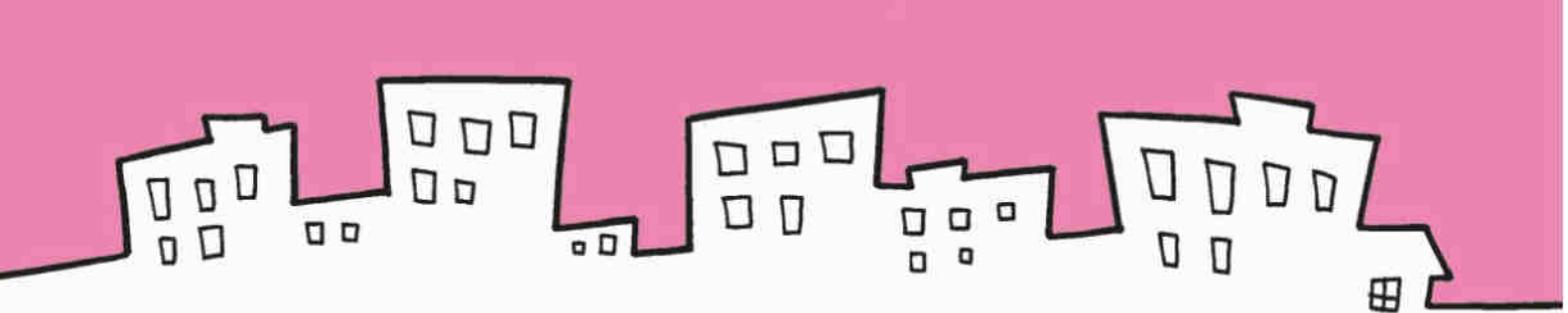
# O que é o Orçamento Público

O orçamento público é um instrumento de planejamento da gestão dos recursos públicos, que obriga o governo a estabelecer a quantia que deverá gastar em cada área de atuação governamental e em cada nova obra ou programa a ser implantado pelo poder público.

No Brasil, em decorrência das reivindicações da sociedade civil organizada junto à administração pública, surgiu uma das experiências mais bem sucedidas da política participativa: o Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo é o processo através do qual a população do município discute, decide e influi na decisão de onde aplicar as verbas destinadas a investimentos públicos.





O orçamento público é definido com base nos recursos arrecadados com impostos, taxas e contribuições, por exemplo:

Estes recursos formam a **receita** do município e boa parte deles é para pagar suas **despesas**. O dinheiro que sobra destes pagamentos é destinado a **investimentos** em novas obras e programas.



Receita

Comparando com o orçamento de uma família: a **receita** familiar é a junção dos recursos de todas as pessoas da casa que contribuem para o sustento familiar (salários, aposentadorias, pensões, bolsa escola,...).



Despesa

Depois de recolher as contribuições de todas as pessoas, paga-se as **despesas** da casa: as contas de aluguel, água, luz, telefone...

A sobra geralmente é destinada a **investimentos** voltados à satisfação de outras necessidades da família como, por exemplo, a compra de um fogão, uma televisão ou uma bicicleta.



No caso dos Municípios as **despesas** são:

- Despesa de Pessoal - gastos com salários do funcionalismo como: férias, gratificações, contribuição de previdência e outros.
- Despesas de Custeio - gastos com a manutenção dos equipamentos (creche, hospital, limpeza da cidade...) e da própria administração (material de expediente, gasolina para os carros da prefeitura...).
- Despesas com as Dívidas - são os pagamentos dos empréstimos feitos pelo município.
- Despesas Obrigatórias previstas pela Constituição Federal.

As **Receitas** e suas principais fontes:

- Receitas municipais adquiridas através de impostos como IPTU, ISS, ITBI, taxas e multas.
- Receitas Estaduais são impostos administrados pelo Governo do Estado e pelo Distrito Federal. São eles: o IT (CV), o ICMS e o IPVA.
- Receitas Federais são impostos arrecadados pela União, sendo eles : IE, IR, IPI, IOF e ITR.

**Investimento** é uma pequena parte de recursos a ser aplicada em novas obras e serviços do município, sendo garantido, antes, o pagamento de todas as despesas.



É sobre os **INVESTIMENTOS** que o Orçamento Participativo discute e decide.



# Elementos importantes na realização do OP

Para uma efetiva participação no processo do OP é importante:

- A vontade política da administração pública;
- A sensibilização da população para o engajamento nas atividades de planejamento;
- Ampla divulgação para que a população conheça o processo de construção do OP;
- Forte mobilização social em todas as etapas do OP;
- Participação de todos os segmentos sociais: lideranças comunitárias, sindicalistas, igrejas, ONGs, estudantes, mulheres, organizações rurais, vereadores e vereadoras, secretários e secretárias, movimento de saúde, educação, transporte e saneamento...





- O entendimento de cada cidadão e cidadã do que seja o município e da importância da coletividade;
- Boas condições de acesso da população às informações do processo de planejamento da cidade;
- Reforma administrativa da Prefeitura para a incorporação do OP por todas as pessoas da administração pública.



É necessário envolvimento e comprometimento do poder público com o Orçamento Participativo.



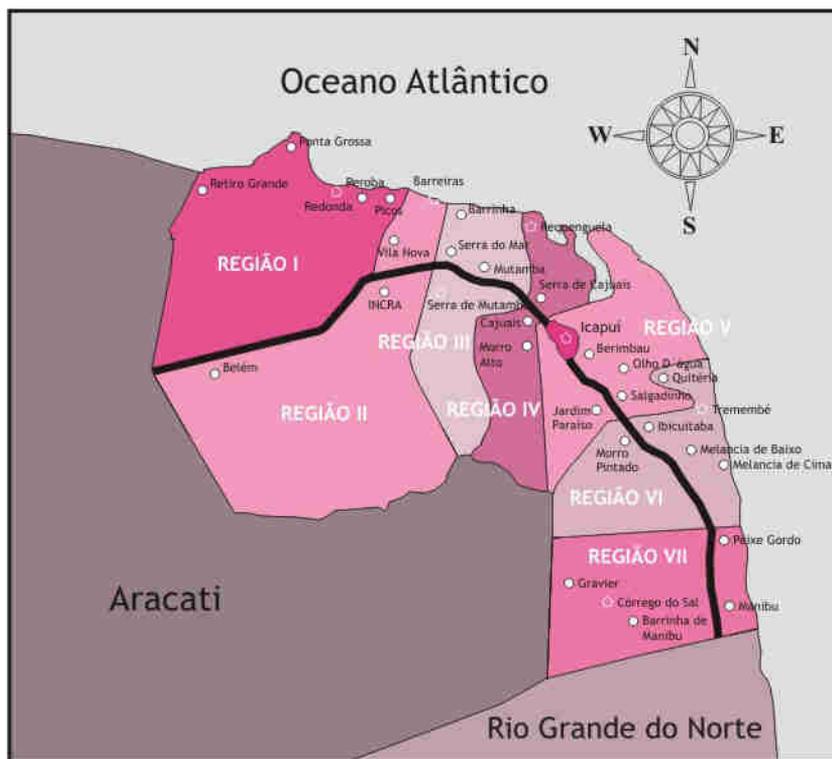
O primeiro passo para implantar o Orçamento Participativo é o planejamento da forma como isto vai ser feito!

Para facilitar a participação da população nas decisões públicas através do OP é necessário promover a descentralização dos debates, de forma que todas as pessoas da cidade tenham a chance de participar do processo. Por isto, geralmente, o município é dividido em regiões ou aproveita-se divisões regionais já existentes para implantar o OP.

Cada município tem seus critérios para definir suas regiões, mas geralmente fazem uma relação entre a área, a quantidade de comunidades e a afinidade entre elas, de forma que a dimensão de cada região favoreça um bom funcionamento das ações em todas as etapas do OP.

As Regiões são espaços privilegiados das decisões sobre as prioridades levantadas pelas comunidades e encaminhadas para serem incorporadas ao Orçamento do Município.

No Município de Icapuí a divisão foi feita em sete Regiões.





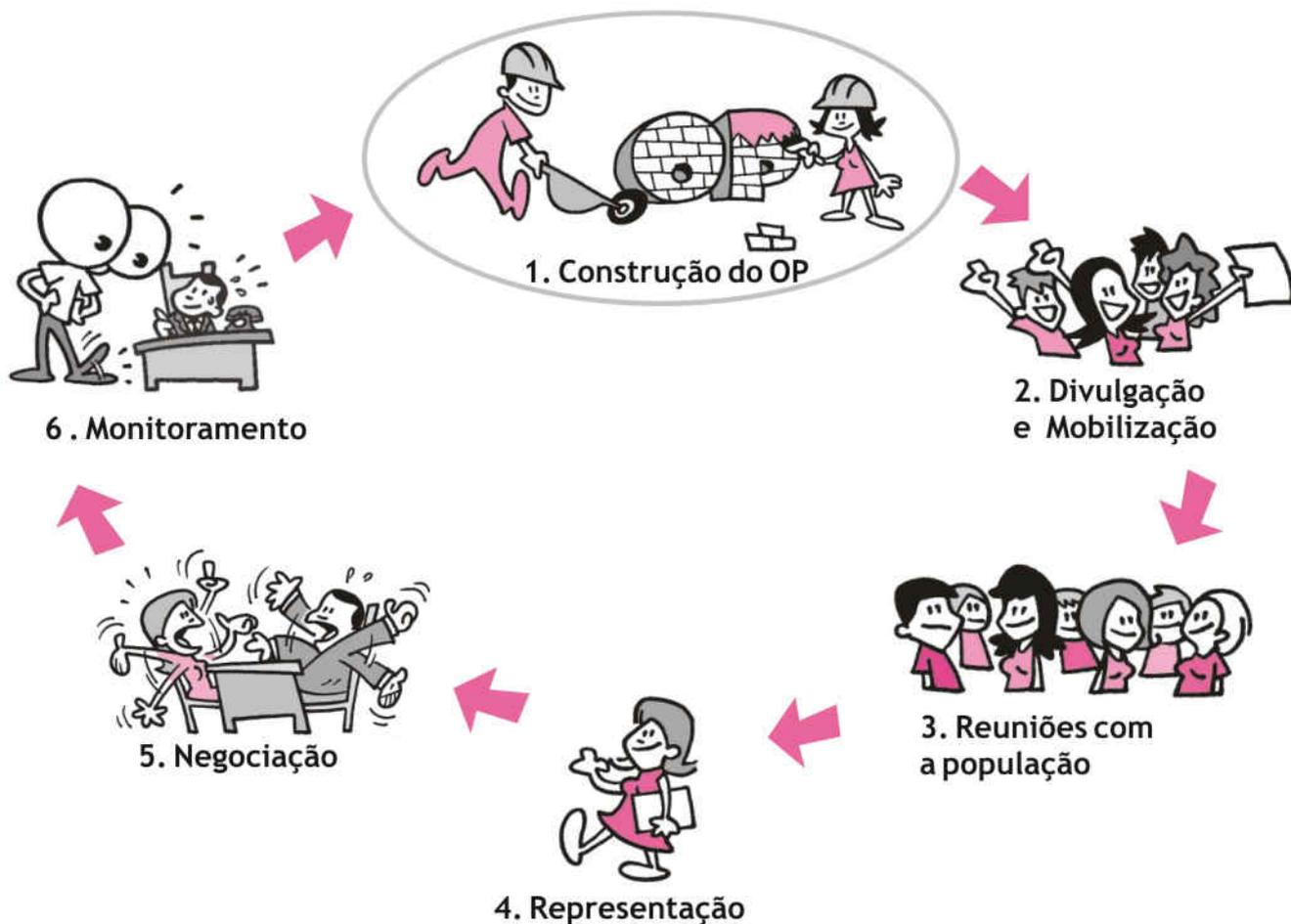
A divisão regional do OP possibilita à população sair da visão focada nos problemas e demandas da comunidade local e ter um olhar amplo sobre sua região, aprendendo a planejar o Município em sua totalidade, direcionando a aplicação dos recursos em questões urgentes e específicas de algumas localidades ou em problemas comuns ao conjunto das comunidades de cada Região.

Em Icapuí, os representantes regionais visitam outras regiões para conhecer as problemáticas e se sensibilizarem com as prioridades locais.

# O ciclo do OP

O processo de realização do OP varia de município para município.

Apesar disto, nota-se que o OP segue uma linha geral que define um **CICLO** esboçando as seguintes etapas:



# Construção do OP

## A Construção

Na construção do Orçamento Participativo deve-se primeiramente:

- Planejar em linhas gerais as atividades para o ciclo;
- Promover a 1º rodada de plenárias regionais, esclarecendo a população sobre o que é o Orçamento Público e as atividades planejadas para o ciclo do OP;

Onde o OP já esteja implantado este passo acrescenta:

- Fazer o levantamento dos resultados do orçamento do ano anterior;
- Apresentar as ações realizadas com os recursos do orçamento do ano anterior;
- Avaliar o processo do Ciclo do OP realizado anteriormente;
- Propor ajustes nas atividades adaptando-as à dinâmica do Município.

# Divulgação...

A divulgação pode ser feita de várias formas:

A divulgação e a mobilização representam a energia de todo o Ciclo do OP.

Em todas as fases do OP é necessária a utilização de instrumentos de divulgação, seja para chamar a população para reuniões, seja para deixar a população informada sobre o andamento do OP ou até para tornar visível os resultados do OP.



Carro de som



Jornais



Corpo a corpo



Panfletos



Rádio



Internet





### “Cidade Transparente”

A importância da transparência dos gastos públicos é fundamental para diminuir a distância entre a população e a administração. No Rio de Janeiro, o IBASE se preocupou em buscar informações sobre o Orçamento Público, e percebeu que os dados eram de difícil entendimento.

Para tornar estas informações mais acessíveis o IBASE desafiou o poder público, criando um sistema de consultas, onde qualquer pessoa pode acompanhar seja pela internet ou por CD-Rom.

Esta iniciativa é chamada *Cidade Transparente* e possibilita saber o que a prefeitura está fazendo com o dinheiro público e em que parte da cidade ele será aplicado. Hoje em dia isto é aplicado em vários municípios com o intuito de democratizar o orçamento.



A prestação de contas no muro da casa do Prefeito é um exemplo para a transparência na administração do município.

Fonte: IBASE

# ... E Mobilização

A mobilização representa o processo de sensibilização da população para o engajamento no processo do OP.

É um trabalho mais profundo realizado nas regiões, bairros e comunidades, e que acontece de várias formas:



- Por iniciativa das pessoas que discutem sobre a importância do OP e vêem a necessidade de convencer outras a participarem.
- Por iniciativa do grupo responsável pelo andamento do OP, que incentiva a participação da população, promovendo capacitações e debates.

O Município de Icapuí, após seis anos de experiência de OP, constatou a necessidade de inovar a mobilização popular com a perspectiva de fortalecer a participação da sociedade civil na gestão da cidade. Para isto, a Prefeitura Municipal de Icapuí juntamente com o CEARAH Periferia promoveram um processo de formação nas comunidades e regiões, através do Curso: Limites e Desafios do Orçamento Participativo em Icapuí, em quatro módulos:



Nesta formação, o momento mais efervescente foi o primeiro módulo.



## Capacitação em Massa do Orçamento Participativo

Sensibilizando para a construção de cidades democráticas



A Capacitação em Massa do OP em Icapuí foi, num primeiro momento, uma adaptação de uma metodologia desenvolvida pelo CEARAH Periferia - a Capacitação em Massa em Planejamento Urbano e Pesquisa Popular - que privilegia três aspectos da sua ação de formação junto a lideranças comunitárias: mobilização, sensibilização e capacitação.

A Capacitação em Massa é um curso rápido desenvolvido através de várias oficinas temáticas que funcionam simultaneamente com a mesma metodologia em diversos locais da cidade, abertas à participação de qualquer morador ou moradora interessada pelos temas. Apresenta três momentos. Primeiro: a construção de um olhar sensível e investigador sobre a realidade a partir de reflexão sobre O QUE É PESQUISAR; de aula

de campo em três locais críticos da cidade; da construção coletiva de diagnósticos temáticos sobre a cidade. Segundo: Elaboração de Propostas Temáticas para as Políticas Públicas Municipais. Terceiro: Grande evento de Socialização dos Trabalhos dos Grupos Temáticos com a Sociedade Local e entrega oficial do Documento Final (Diagnóstico e Propostas) ao Poder Público.

Em Icapuí, a Capacitação em Massa do OP envolveu delegados e delegadas do OP, técnicos e técnicas da Prefeitura, Secretários e Secretárias Municipais e pessoas das comunidades, e aconteceu nas sete Regiões do OP, sendo visitadas durante a aula de campo obras realizadas em todas as regiões. O processo obteve resultados importantes: Construção da Linha da Vida do Município; Diagnóstico Temático do Município; Levantamento das Demandas para o OP e socialização de todo o processo em grande Assembléia Municipal.

Os quatro módulos do curso estiveram voltados para a reestruturação do OP de Icapuí, que vem sendo desenvolvida por uma comissão formada por participantes do curso junto à equipe do Município responsável pelo OP.

# Reuniões com a comunidade

As reuniões com a população para favorecer o debate sobre o orçamento acontecem em quatro espaços:

## Plenárias Comunitárias

Representam o momento onde as pessoas exercem o direito de participar diretamente das decisões sobre os investimentos públicos. Estas reuniões comunitárias têm os seguintes objetivos:

Nestas reuniões deve-se:

- Levantar as demandas da comunidade;
- Discutir as prioridades locais;
- Escolher representantes que irão encaminhar as decisões locais à Plenária Regional;

**É tarefa dos representantes promover reuniões nas comunidades para informar a população os resultados da plenária regional.**

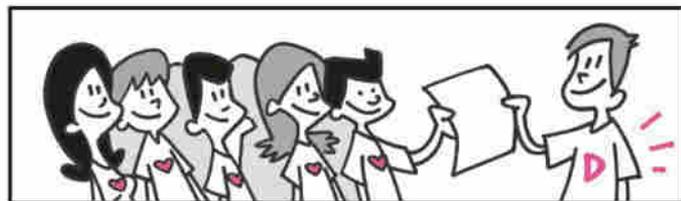
## Plenárias Regionais

Nestas reuniões, participam todos os representantes da região com os objetivos de:

- Discutir as prioridades levantadas;
- Discutir sobre os critérios de distribuição dos recursos e necessidades da região;
- Eleger as prioridades regionais;
- Discutir os custos das demandas



- Iniciar o debate sobre o orçamento
- Eleger representantes regionais para o Conselho ou Fórum do OP.



# Plenárias Temáticas

As Plenárias Temáticas representam no processo do OP o espaço de debate com outros segmentos sociais (sindicatos, associações, movimentos ecológicos, étnicos, estudantis, empresariais,...) e os diversos Conselhos Municipais, evitando que as pessoas tenham que participar de outras reuniões específicas de cada Conselho Municipal ou de outros.

Estas reuniões tratam assuntos de interesse geral da população, como por exemplo: saúde, educação, habitação e geração de trabalho e renda.... e têm os seguintes objetivos:

- Discutir a política e programas da prefeitura sobre um tema específico;
- Indicar demandas estruturais e plurianuais que beneficiem o município como um todo;
- Escolher os representantes temáticos que farão parte do Fórum ou Conselho do OP.

As plenárias temáticas de Icapuí são organizadas por uma Comissão Coordenadora formada por:

- 2 Delegados da plenária Temática (*ciclo anterior*)
- 1 membro da Assessoria de Mobilização e Cidadania
- Coordenador representante do governo na área específica

Em Icapuí é realizado, também, o Congresso Municipal que reúne todos/as representantes escolhidos/as nas plenárias, população em geral, segmentos sociais diversos e poder público, e nele todos/as tomam conhecimento do valor do orçamento, das prioridades definidas, dos locais onde serão realizadas; entrega da peça orçamentária a vereadores e vereadoras; e composição do Fórum do OP.



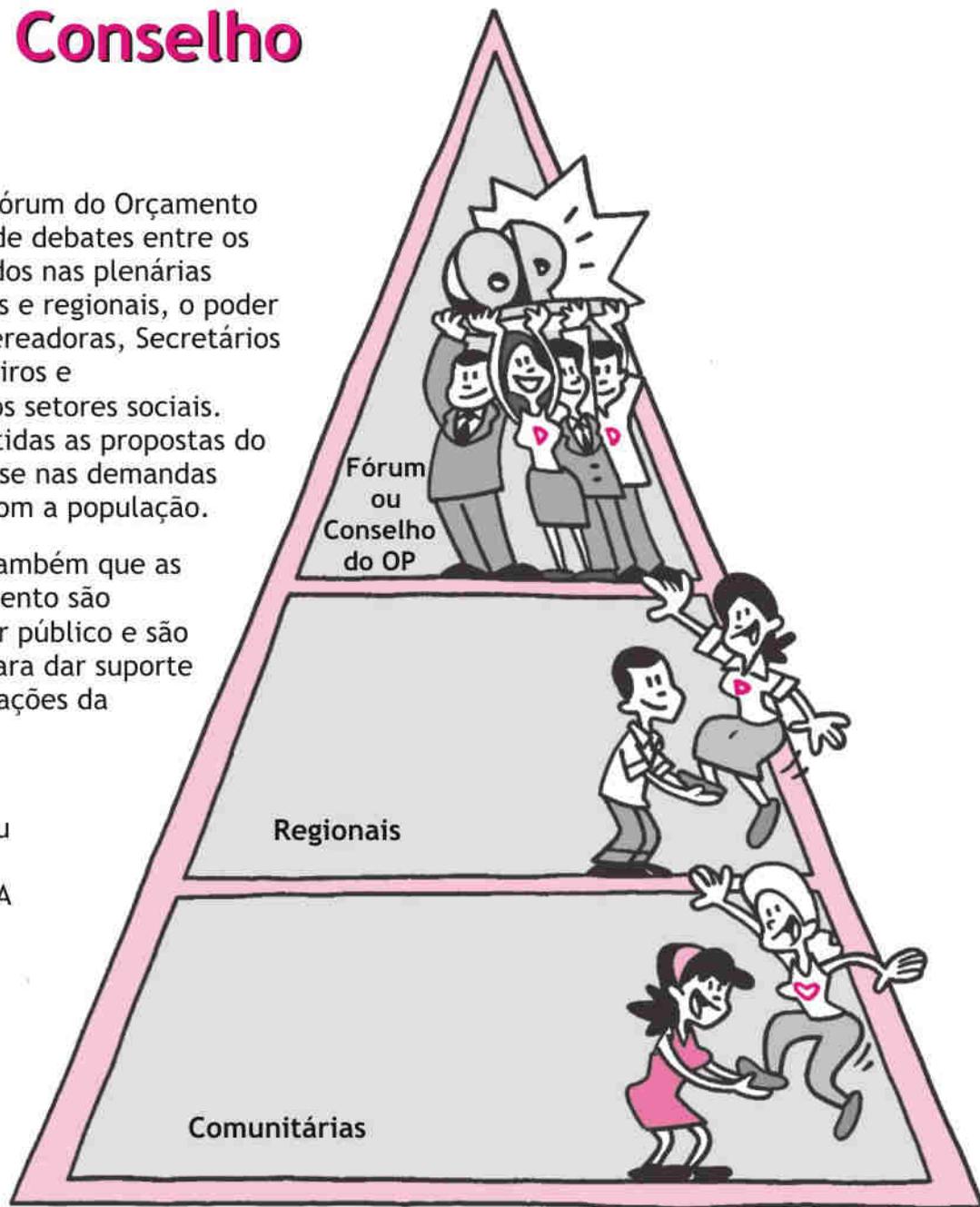
**Em todo o processo do OP é necessária a participação ativa de Secretários e Secretárias bem como de Vereadores e Vereadoras.**

# Fórum ou Conselho do OP

O Conselho ou Fórum do Orçamento Participativo é espaço de debates entre os representantes escolhidos nas plenárias comunitárias, temáticas e regionais, o poder público (Vereadores, Vereadoras, Secretários e Secretárias, Conselheiros e Conselheiras...) e outros setores sociais. Neste espaço são discutidas as propostas do PPA, LDO e LOA com base nas demandas colhidas nas reuniões com a população.

É neste espaço também que as propostas para o orçamento são negociadas com o poder público e são colhidas informações para dar suporte ao monitoramento das ações da prefeitura.

É com base nas decisões do Conselho ou Fórum do OP que o executivo elabora a LOA que é encaminhada à Câmara Municipal.



O Fórum Municipal do Orçamento Participativo de Icapuí é um órgão de participação direta da comunidade, tendo por finalidade propor, fiscalizar e deliberar sobre matérias referentes a receita e despesa do Poder Público Municipal.

O Fórum Municipal do Orçamento Participativo de Icapuí possui a seguinte estrutura:

## Fórum Municipal do Orçamento Participativo

### Coordenação Paritária

- 2 Representantes não-governamentais
- 2 Representantes governamentais

### Secretaria Executiva

- 1 Funcionário da Administração

### Representantes do Fórum

- |                            |                            |                                 |                               |   |   |
|----------------------------|----------------------------|---------------------------------|-------------------------------|---|---|
| ○ 14 Delegados Regionais * | ○ 18 Delegados Temáticos** | ○ 1 Repres. da Câmara Municipal | ○ 10 Repres. Do Executivo *** | ○ 1 Repres. da SAAE - Sistema Autônomo de Água e Esgoto | ○ 1 Delegado do Sindicato dos Servidores Públicos de Icapuí |
| ○ 14 Suplentes             | ○ 18 Suplentes             | ○ 1 Suplente                    |                               | ○ 1 Suplente  | ○ 1 Suplente  |

Comissões de monitoramento

\* 2 titulares e 2 suplentes eleitos em cada uma das 7 regiões

\*\* 2 titulares e 2 suplentes eleitos em cada uma das 9 plenárias temáticas (Saúde; Educação e Cultura; Ação Comunitária e moradia; Gênero; Dia Feliz; Obras, de Urbanismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente; Melhor Idade. Turismo e Segurança Pública)

\*\*\*Os representantes do Executivo não possuem direito a voto e deve haver nesse grupo pelo menos: 1 representante da Assessoria de Relações com a Comunidade; 1 representante da Assessoria de Mobilização Social e Cidadania; 1 representante da Assessoria de Planejamento

# 4 Representação

Durante as plenárias comunitárias, regionais e temáticas, a população escolhe seus representantes que levam as demandas para serem discutidas em outras reuniões e junto ao Executivo e Legislativo.

Os critérios de definição dos representantes não são os mesmos em todos os municípios...

Há diferenças até mesmo de como são chamados nos vários municípios: representantes, delegados e delegadas, conselheiros e conselheiras...



## Perfil do Representante



É tarefa dos representantes defender os interesses da população e o que foi decidido pelas pessoas que os elegeram.

Em Icapuí a escolha dos delegados e delegadas do OP ocorre assim:

#### **Plenárias Comunitárias**

Para cada 10 participantes escolhem 01 delegado ou delegada comunitária

#### **Plenárias Regionais**

Em cada região escolhem 2 representantes dentre os delegados ou delegadas comunitárias

#### **Plenárias Temáticas**

Escolhem 02 representantes em cada uma das temáticas

#### **Congresso Municipal**

Escolhem 02 representantes dentre os delegados e delegadas comunitárias para compor o Fórum do OP



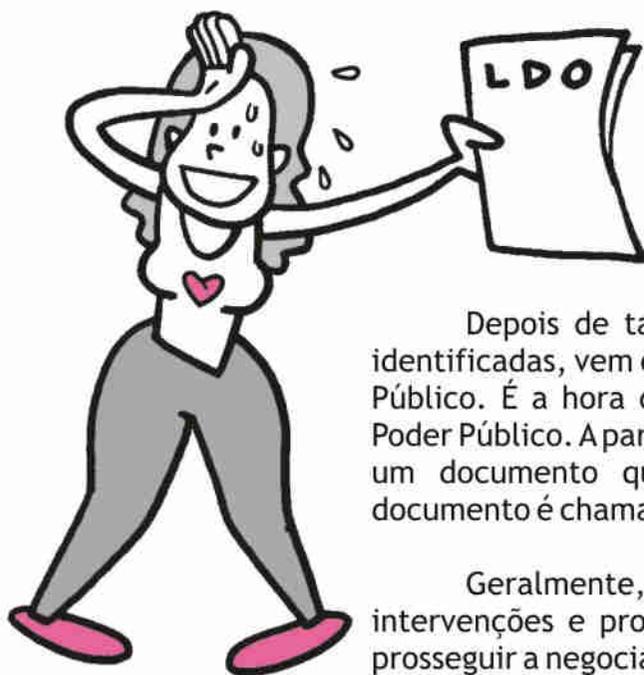
## Prefeito Por um Dia

Para facilitar os debates sobre o orçamento e capacitar a população e seus representantes sobre os papéis políticos que o governo e a sociedade civil exercem, pode-se lançar mão de diversas metodologias.

Para isso o IBASE também desenvolveu um jogo onde, quem participa imagina que tem em mãos todos os recursos destinados a uma prefeitura e o poder de decidir como e em que áreas aplicar os recursos. Esta dinâmica é chamada: Prefeito por um dia.

O Prefeito por um dia é um exercício de capacitação que estimula a participação das pessoas facilitando discussões sobre critérios para eleger prioridades. É uma boa oportunidade para refletir sobre suas responsabilidades nas discussões sobre a aplicação dos investimentos.

Fonte: IBASE



# 5 Negociação

Depois de tantas reuniões, tantos debates e tantas prioridades identificadas, vem o momento de definir as prioridades para o Orçamento Público. É a hora da negociação entre representantes da população e Poder Público. A partir desta negociação é elaborado pelo poder executivo um documento que contém todas as demandas prioritizadas. Este documento é chamado de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Geralmente, o dinheiro em caixa não é o suficiente para todas as intervenções e programas apontados na LDO e, por isto, é necessário prosseguir a negociação entre a sociedade civil e o poder público.

Esta negociação resulta finalmente na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).





Depois disso a população acompanha o processo de aprovação da LOA para garantir a reserva dos recursos para as demandas indicadas pelas comunidades e regiões.

**Para um melhor entendimento da peça orçamentária por parte das/os representantes da população e uma intervenção mais efetiva no momento da negociação, é necessário que eles estejam bem capacitados.**

A constituição Federal de 1988 definiu três instrumentos para o ciclo do Orçamento Público :

- Plano Plurianual (PPA) - Define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública relativo aos programas de médio e longo prazo.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Compreende as metas e prioridades para o orçamento do ano seguinte. A LDO é baseada no PPA e nas necessidades imediatas do Município.
- Lei Orçamentária Anual (LOA) - consiste no orçamento propriamente dito.



# Monitoramento

Para que o OP funcione não basta apenas que o poder público e a sociedade tenham conseguido agregar no orçamento as demandas populares e aprovar a LOA.

Vale lembrar que o prefeito ou prefeita não é obrigado/a a cumprir o orçamento aprovado, ou poderá fazer um mau uso das verbas públicas. Para tentar evitar isto, o acompanhamento da execução das ações aprovadas no orçamento é muito importante, e a sociedade pode acompanhar através de vários meios e instrumentos:

- Conhecimento de demonstrativos contábeis que o Executivo é obrigado a publicar
- Através de informações junto a Vereadores ou Vereadoras
- Exame sobre receitas e despesas da Mesa da Câmara e Prefeitura
- Exame das licitações
- Denunciar irregularidades junto ao Ministério Público
- Requerer instauração de inquérito em caso de indícios de enriquecimento ilícito
- Criação de comissões de monitoramento do OP.



Nos municípios onde existem as comissões de monitoramento, elas são formadas por representantes comunitários e outras pessoas interessadas da comunidade.

Estas comissões buscam apoio junto aos representantes no Conselho ou Fórum do OP para terem acesso a documentos e informações necessárias ao monitoramento da execução do OP.

Para fiscalizar bem é preciso conhecer o orçamento e os relatórios de gastos feitos pelo executivo.

**O executivo tem a obrigação de disponibilizar toda a documentação necessária ao monitoramento.**



# Obstáculos do OP

Existem muitos obstáculos no percurso do OP, mas a criatividade e disposição da população têm dado a alguns municípios a capacidade de criar estratégias certas para superá-los.

Obstáculo: Falta de vontade política  
Estratégia: União da população, Pressão política, VOTO



Obstáculo: Falta de participação da população  
Estratégia: Educação Cidadã, Mobilização social, Divulgação dos resultados já conseguidos pelo OP



Obstáculo: Interpretação da peça orçamentária  
Estratégia: Capacitação dos representantes, delegados e delegadas, conselheiros e conselheiras.



**Obstáculo:** Cooptação de representantes, delegados e delegadas, conselheiros e conselheiras.

**Estratégia:** Conscientização de representantes, delegados e delegadas, conselheiros e conselheiras à causa coletiva, deposição de representantes.



**Obstáculo:** Falta de participação dos Secretários e Secretárias, Vereadores e Vereadoras no processo do OP

**Estratégia:** Pressão Social, Conscientização do Executivo e do Legislativo, VOTO





# O Exemplo de Icapuí

Todo o processo de mobilização social foi fruto da vontade coletiva de fazer parte efetivamente da gestão da cidade. A vinculação da área ao seu município vizinho, Aracati, e a dificuldade de ter voz sobre as decisões políticas impulsionaram uma maior integração da população para lutar pela emancipação do povoado.



Após a emancipação em 1984, a população passou a acompanhar o crescimento da cidade com muita expectativa.

Sensível à comunidade, o Poder Público assume o compromisso de consolidar a democracia e a transparência da gestão pública.

Em 1989, a Prefeitura Municipal de Icapuí presta contas para a população através da “parede da Casa do Prefeito” além de implantar o Conselho de Participação Popular, a primeira semente do OP.

Em 1997, acontece em Icapuí o “Seminário de Capacitação em Orçamento Público Participativo Norte e Nordeste”, tendo como resultado a implantação de forma organizada e sistemática do OP de Icapuí.

A disposição do poder público e da sociedade civil de Icapuí garantiu a implantação do OP com a pouca estrutura que possuía na época, vencendo obstáculos e conquistando o reconhecimento de sua gestão participativa.



Hoje, depois de muitas conquistas, a cidade reconhece que o OP ainda precisa melhorar e que é urgente pensar um novo processo de participação na gestão do município.

Em setembro de 2002, uma grande mobilização intensifica este debate, tendo como resultado a sistematização em linhas gerais da metodologia do OP a partir da visão da população local, e a revisão do regimento interno do OP de Icapuí.

Um dos desafios levantados pela população foi a criação de uma Secretaria autônoma para dar seguimento ao OP, suprir as lideranças de informações e propiciar uma infra-estrutura mínima para serem realizadas as capacitações e mobilizações.



# SAÍDA

**Novembro**

**Reuniões Comunitárias I**  
Divulgação do balancete do Orçamento anterior



**Reuniões Comunitárias II**  
Escolha das Prioridades locais  
Escolha de Delegados



**Dezembro**

**Reunião Regional**  
Escolha das prioridades regionais  
Escolha de Delegados Regionais



**Reunião do Fórum do OP**  
Sistematização das prioridades  
Planejamento das reuniões temáticas



Aprovação da LOA do ano anterior pelo Legislativo

**Março**

**Reunião do Fórum do OP**  
Debate sobre a LDO



**Congresso Municipal do OP**  
Divulgação do conteúdo da LDO

1 Negociação  
Monitoramento

O Executivo deve encaminhar a LDO ao Legislativo



**Fevereiro**

Negociação  
Capacitação

**Reunião do Fórum do OP**  
Debates sobre a LDO



Em anos em que se inicia um mandato o Executivo deve entregar o PPA ao Legislativo



**Janeiro**

**Reuniões Temáticas**  
Escolha de prioridades temáticas  
Escolha de Delegados Temáticos

**Reunião do Fórum do OP**  
Socialização dos dados

De dois em dois anos o Fórum do OP adquire uma nova formação.



**Abril**

Reunião do Fórum do OP

Monitoramento



**Maio**

Reunião do Fórum do OP

1 Monitoramento  
Capacitação



**Junho**

Reunião do Fórum do OP  
Debate sobre a LOA

1 Monitoramento  
Mobilização

Aprovação da LDO  
pelo Legislativo



**Agosto**

Reunião do Fórum do OP  
Debates sobre a LOA

1 Monitoramento  
Negociação



**Julho**

Reunião do Fórum do OP  
Debates sobre a LOA

1 Monitoramento  
Negociação

**Setembro**

Reunião do Fórum do OP  
Debates sobre a LOA

1 Monitoramento  
Negociação



**Outubro**

Reuniões Comunitárias  
Divulgação do conteúdo da LOA

Reunião do Fórum do OP  
REconstrução do OP

1 Monitoramento  
Mobilização para a aprovação da LOA

Em anos em que se inicia um  
mandato deve ser incluído no ciclo  
o desenvolvimento do PPA



O Executivo deve  
encaminhar a LOA  
ao Legislativo



# Possibilidades de aprendizagem a partir do OP

- Discussão, de forma democrática, dos destinos da administração pública a partir de consultas locais sobre as necessidades do município e prioridades a serem seguidas.
  - Incentivo à cidadania, tornando a vida política da cidade mais rica, através da sensibilização para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática;
  - Valorização do papel das organizações de base, fortalecendo-as para a participação na gestão compartilhada do município;
  - Descoberta da população do município para a importância de suas contribuições e sobre a transformação dos impostos em benefícios a todas as pessoas;
  - Discussão e definição pela população das áreas de melhoria e de desenvolvimento do Município, aumentando a eficácia da administração pública;
  - Construção de relação de confiança entre a população e seus gestores, a partir das práticas transparentes de gestão municipal.



# Lembretes



Preste atenção a  
candidatos e candidatas  
nas eleições municipais!  
Use seu voto em defesa  
da gestão democrática  
da sua cidade.

Lembre-se de reconhecer  
que as intervenções em  
localidades menos  
favorecidas também vão  
beneficiar sua  
comunidade!

Pague seus impostos!  
Mas não esqueça de  
fiscalizar sua utilização.

A participação no  
planejamento da cidade é  
direito seu, garantido pela  
Lei 10.257/01, conhecida  
como Estatuto da Cidade.

**Exija sua participação!**



Para conseguir mais informações sobre o assunto você também pode consultar as seguintes instituições:

**CEARAH Periferia - Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos**

Rua Carlos Vasconcelos 1339,  
Aldeota CEP 60160-000  
Fortaleza Ceará Brasil  
Fone: (55) XX 85 2612607  
e-mail: [cearah@fortalnet.com.br](mailto:cearah@fortalnet.com.br)

**Konrad Adenauer Stiftung**

Representação no Nordeste e no Norte do Brasil  
Av Dom Luis, 880 salas 601/602  
Aldeota CEP 60160-230  
Fortaleza Ceará Brasil  
Fone: (55) XX 85 261 9293  
home-page: <http://www.adenauer.com.br>  
e-mail: [kas-fortaleza@adenauer.com](mailto:kas-fortaleza@adenauer.com)

**Prefeitura Municipal de Icapuí**

Praça Aauto Róseo, 1233  
CEP 62810-000  
Icapuí - CE Brasil  
Telefax: (55) XX 88 4321200  
Home-page [www.icapui.ce.gov.br](http://www.icapui.ce.gov.br)

## Siglas utilizadas

**IPTU** Imposto Predial Territorial Urbano  
**ISS** Imposto Sobre Serviço  
**ITBI** Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis  
**IT (CV)** Imposto sobre Transmissão de bens (causa mortis)  
**ICMS** Imposto de Circulação de Bens e Serviços  
**IPVA** Imposto de Propriedade de Veículos Automotores  
**IE** Imposto sobre a Exportação  
**IR** Imposto de Renda  
**IPI** Imposto sobre Produtos Industrializados  
**IOF** Imposto sobre Operações Financeiras  
**ITR** Imposto Territorial Rural

**Pólis - Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais**

Rua Araújo, 124, Centro CEP 01220-020  
São Paulo SP Brasil  
Fone: (55) XX 11 3258 6121  
E-mail: [polis@polis.org.br](mailto:polis@polis.org.br)  
Home-page: <http://www.polis.org.br>  
**Fórum Nacional da Participação Popular**

**IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**

Av. Rio Branco, nº 124, 8º andar  
Centro - CEP 20148-900  
Rio de Janeiro - RJ Brasil  
Fone: (55) XX 21 2509-0660  
home-page: <http://www.ibase.br>



